

**ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA  
LOPES**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**ANO : 2019**

## 1 - Introdução

A ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA LOPES, com sede social em Rua D. Pedro V Lugar do Monte - Edifício da Antiga Escola Primária, tem como atividade principal Atividades de serviços de apoio à educação. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA LOPES, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

## 2 - Enquadramento Económico

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico.

Contudo, ninguém esperava que 2020 fosse assombrado pela pandemia do vírus COVID-19. A atual crise pandémica mostra que, assim como nas alterações climáticas, existem desafios globais a serem colocados, nomeadamente a forte interdependência nos fluxos de comércio de bens e serviços, capitais e pessoas, refletidas em grande parte pelo progresso tecnológico, que, não obstante a melhoria significativa do bem-estar em geral, leva a uma rápida propagação destes choques.

Esta situação revela também a necessidade de resolver as falhas dos mercados, nomeadamente à não consideração de todos os custos económicos e sociais envolvidos no processo de produção. É essencial repensar as cadeias de valor globais, com o intuito de reduzir essa dependência, frisando contudo que a opção por políticas de limitação das relações económicas internacionais não é certamente a solução mais eficiente para mitigar estes desafios.

Na expectativa que os impactos económicos derivados da pandemia tenham reflexo apenas num reduzido espaço temporal, no médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO<sub>2</sub>, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

### 2.1. A Nível Internacional e Europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da atividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, reflectindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008.

Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias

A Direcção  


com um maior nível de stresse e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019.

Nas economias avançadas, esta estabilização da atividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED).

O mercado accionista também se mostrou positivo nas economias avançadas durante os últimos meses de 2019, e as obrigações soberanas, após ter-se verificado uma queda em setembro, começaram a recuperar também nos últimos meses de 2019. Nas economias emergentes, verificou-se também uma melhoria nos mercados de títulos.

Quanto às principais moedas, verificou-se um enfraquecimento de dois pontos percentuais no dólar americano e no yen japonês, enquanto que o renminbi chinês reforçou-se em cerca de 1,5%. Já a libra esterlina foi apreciada em 4 pontos percentuais desde setembro.

Assim, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD apresentou um perfil descendente ao longo de 2019, situando-se nos 1,1397 no início do ano, tendo apresentado durante o mês de junho um pico ascendente, chegando aos 1,1394. O valor mais baixo foi registado em finais de setembro, onde atingiu os 1,0889, fechando o ano nos 1,1234. Quanto à libra esterlina, no início do ano apresentava uma cotação EUR/GBP de 0,90165, tendo-se notado uma trajetória descendente até inícios de maio, onde chegou aos 0,8547, começando então a notar-se uma inversão, tendo atingido o seu pico máximo em inícios de agosto, com uma cotação de 0,9282, voltando então a descer, fechando o ano com uma cotação de 0,8508.

Apesar de continuar-se a verificar um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no setor produtivo, mas algum enfraquecimento no setor dos serviços.

Quanto ao comércio global, este registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. Em termos anuais, a OCDE estima um desaceleramento, devendo situar-se em 1,0%, o valor mais baixo desde 2009.

Durante os primeiros meses de 2019, o preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre janeiro e maio, situando-se nos 70 dólares por barril, devido às fortes restrições do lado da oferta, nomeadamente pelo aumento das tensões no Médio Oriente. Entre junho e novembro registou-se uma trajetória mais moderada, tendo-se registado em meados de novembro um preço de 63 dólares por barril. Para o conjunto do ano, projecta-se um preço de 64 dólares por barril, uma redução de quase 10% face a 2018.

Relativamente aos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um crescimento significativo no segundo trimestre de 2019 (2%), a economia americana voltou a estagnar, resultado dos fracos níveis de investimento, bem como do desvanecimento dos efeitos das reformas tributárias feitas em 2018. Para o total do ano, o FMI prevê um crescimento de 2,3%.

Apesar das tensões comerciais com a China terem diminuído, novos riscos apresentam-se, como o anúncio feito pela Boeing sobre a paragem indefinida da produção do seu 737 MAX, aumentando assim o enfraquecimento do setor produtivo. No final do verão, registou-se pela primeira vez desde a última crise financeira uma inversão da yield curve americana. Esta curva é muitas vezes vista como um indicador de recessões económicas.

Quanto ao Reino Unido, durante a primeira metade de 2019 notou-se um abrandamento da atividade

económica, num contexto de elevadas incertezas sobre as negociações do Brexit, que se vieram a dissipar ao longo dos últimos meses do ano, especialmente em dezembro, com o resultado das eleições a tornar-se favorável para uma saída ordeira da União Europeia. Em termos trimestrais, e segundo dados do BCE, nos dois primeiros trimestres de 2019 notou-se uma contração económica, começando a recuperar a partir do terceiro trimestre, onde se registou um crescimento de 0,3%, reflexo de um aumento das exportações neste período. Ao longo do ano o consumo privado manteve-se sólido, refletindo um forte crescimento dos salários, tendo também o contributo do consumo público. Por outro lado, o fraco investimento contrabalançou os níveis de crescimento.

Já a economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos setores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28). Segundo a mesma, os países que mais contribuíram para este crescimento foram a Polónia (+1,3%), a Hungria (+1,1%) e a Estónia (+1,0%).

Em relação ao deficit soberano, manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, permanecendo na EA19 nos 0,7% no segundo e terceiro trimestres e nos 0,9% para a EU28, em ambos os trimestres. A Comissão Europeia aponta também para uma dívida pública agregada da EA19 de 86,4% em 2019 e de 80,6% para a EU28. Contudo, em relação ao deficit agregado para 2019, tanto na EA19 como na EU28, prevê-se um ligeiro aumento de 1 e de 2 pontos percentuais, respetivamente, face aos mínimos históricos registados até 2018. Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. Para o terceiro trimestre de 2019, o Eurostat indica um crescimento do emprego de 0,9% na EA19 e de 0,8% na EU28 em comparação com o mesmo período de 2018. Ainda assim, verificou-se alguma resiliência na criação de emprego.

## 2.2 A nível Nacional

Para o conjunto do ano de 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para um aumento do PIB em termos nominais de 3,9%, abaixo dos 4,3% verificados em 2018, com a capacidade de financiamento da economia portuguesa a situar-se nos 0,8% do PIB, em comparação com os 1,2% verificados em 2018. Este resultado teve um contributo menos intenso da procura interna - de 2,8% em comparação com os 3,1% verificados em 2018 -, refletindo o abrandamento do consumo privado, de 2,9% para 2,3%. Quanto à procura externa, em termos líquidos apresentou um contributo de -0,6%, comparando com -0,4% em 2018, tendo-se verificado uma desaceleração das exportações de bens e serviços, de 4,5% em 2018 para 3,7% em 2019, bem como das importações de bens e serviços, de 5,7% para 5,2%. O saldo externo de bens e serviços representou 0,1% do PIB, sendo que em 2018 a sua representação tinha sido de 0,4%.

Quanto ao investimento, em termos reais verificou-se um aumento de 6,2% em 2018 para 6,5% em 2019, justificada pela aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - de 5,8% para 6,4% - cujo contributo foi maioritariamente dado pela componente da construção, que passou de um crescimento de 4,6% para 9,4%, em alguns casos associada ao investimento público no tocante a projetos de infraestruturas de grande dimensão, mas também associada ao dinamismo da construção residencial.

Em relação ao setor não financeiro, a necessidade de financiamento situou-se nos 3,4% do PIB em 2019, reflexo do aumento de 0,7% do Excedente de Exploração Bruto e de um aumento de 1% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Num inquérito realizado pelo INE, destacou-se o autofinanciamento como a principal fonte de financiamento para o investimento das empresas, sendo o crédito bancário a segunda principal fonte de financiamento, em especial para as empresas exportadoras.

Em 2019, registou-se uma taxa de variação média do IHPC de 0,3%, inferior à registada em 2018 (1,2%). A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019, de 1,2% para 0,3%, sobretudo devido à queda dos preços dos bens energéticos, em linha com a redução do preço do petróleo, mas também explicada por quedas significativas nos preços de alguns bens e serviços, como o caso dos transportes públicos, das propinas do ensino superior e dos manuais escolares no ensino secundário.

Quanto às famílias, notou-se um crescimento da capacidade de financiamento, situando-se em 1,6% do PIB no quarto trimestre de 2019, reflexo de um aumento da poupança corrente superior ao da FBC. Contudo, regista-se ainda uma elevada taxa de pobreza ou exclusão social, de 21,6%, segundo estimativa do INE.

Ainda sobre as famílias portuguesas, verificou-se também um crescimento de 1,1% das remunerações recebidas, o que se refletiu no aumento do rendimento disponível para 0,7% que, por sua vez, levou a um crescimento na poupança das mesmas, para 6,7% do rendimento disponível.

Sobre o emprego, o INE avança com uma taxa de desemprego de 6,5%, menos 0,5% face a 2018, tendo-se também registado uma diminuição na taxa de desemprego de jovens (18,3%, menos 2% do que em 2018) e no desemprego de longa duração, com uma proporção de 49,9% - 1,2% inferior a 2018. Em termos regionais, à exceção do centro, todas as regiões do país apresentaram uma taxa de desemprego superior à média nacional, tendo a Região Autónoma dos Açores registado a maior taxa de desemprego, de 7,9%. Em comparação com o ano anterior, apenas o Algarve registou um aumento desta taxa, de 0,7%.

A população desempregada diminuiu 7,2% em relação ao ano passado, enquanto que a população empregada aumentou 1,0%, com uma forte contribuição das mulheres (1,2%), prolongando assim o ciclo de aumentos verificados desde 2014. Para 2019, verificou-se uma taxa de inatividade na ordem dos 40,7%, menos 0,2% do que em 2018, sendo estimada uma população inactiva total de 5.010,8 mil pessoas, menos 0,4% em relação ao ano anterior.

A melhoria da situação no mercado de trabalho implicou um maior dinamismo dos salários, tendo-se registado nos três primeiros trimestres de 2019 um aumento de 2,8% em termos homólogos das remunerações por trabalhador.

O crescimento do consumo fez-se também sentir nas Administrações Públicas (AP) que apresentou um saldo positivo de 0,2% do PIB em 2019, reflexo de um aumento da receita superior ao da despesa, com variações de 0,8% e 0,2%, respetivamente. Do lado da despesa, registou-se uma diminuição da despesa de capital em 3,7% e um aumento da despesa corrente de 0,5%. Já a receita total registou um aumento de 0,8%, derivados do aumento de 0,8% da receita corrente e de 2,3% da receita de capital. Este resultado positivo da receita corrente deveu-se ao aumento dos impostos sobre o rendimento e património (0,4%) e das contribuições sociais (1,7%).

A balança de bens e serviços deverá tornar-se deficitária em 2019, refletindo a evolução da balança de bens, devido ao forte crescimento real das importações, enquanto se prevê uma ligeira diminuição do excedente da balança de serviços. Para o conjunto do ano, a dívida bruta das AP terá atingido os 117,7% do PIB.

### 3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2019 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 395,04 €, representando uma variação de 22,62% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



A Direção  
*[Assinaturas]*

Estrutura de Rendimentos



Como se pode verificar pela análise do gráfico da estrutura de rendimentos, temos a rubrica de "serviços prestados" com a quantia de 395,04 € e a rubrica de "outros rendimentos e ganhos" com o total de 32.426,88 €, a qual é decomposta por subsídios e donativos em 29.937,98 €, 20,91 € em correções de períodos anteriores e 2.467,99 € em imputação de subsídios para investimento.

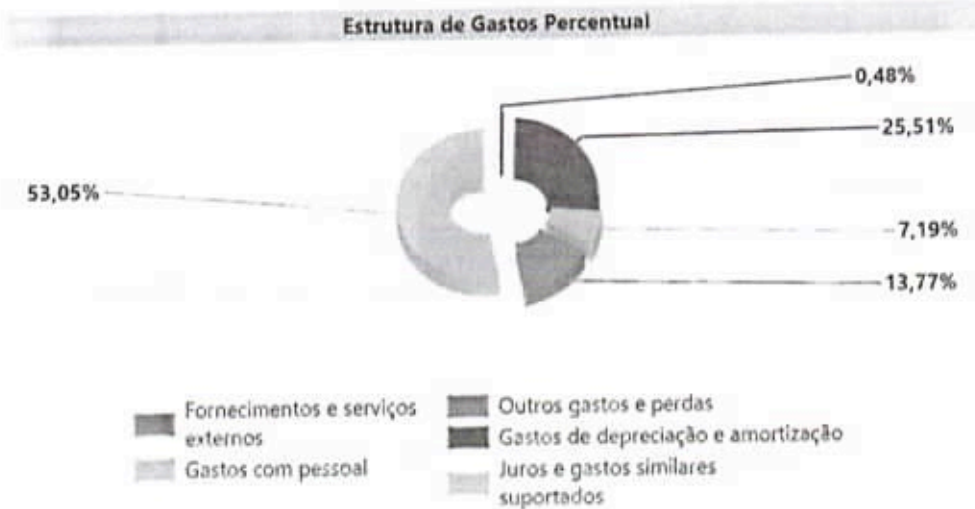
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



2019

A Direção  
*[Handwritten signatures]*



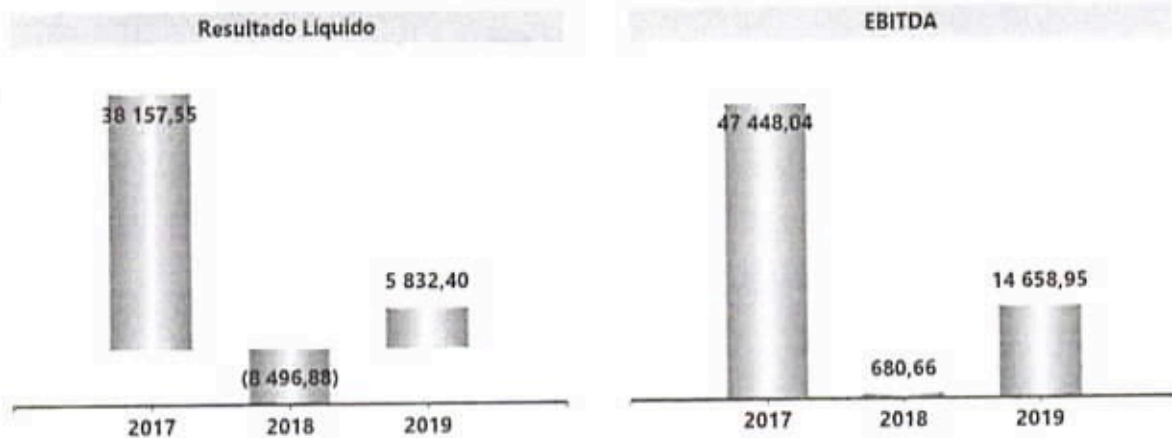
O total de gastos incorridos no ano de 2019 foi no valor de 26.985,94 €, o que resultou num acréscimo de 16 % em relação ao ano de 2018, 23.237,10 €.

Da análise à evolução dos gastos, constata-se que a rubrica de gastos com pessoal foi a que registou um maior valor, 14.315,23 €, um aumento de 48 % em relação a 2018, a qual registou 9.533,19 €. As restantes rubricas diminuíram, a rubrica de fornecimentos e serviços externos, de 4.073,31 € para 3.717,22 €, a de outros gastos e perdas, de 453,06 € para 130,52 €, a rubrica de depreciações passou de 6.932,44 € para 6.883,88 €, e por fim, a rubrica de juros e perdas de financiamento que passou de 2.245,10 € para 1.939,09 €.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Gastos com Pessoal	14 315,23	9 533,19	10 261,21
Nº Médio de Pessoas			
Gasto Médio por Pessoa			

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



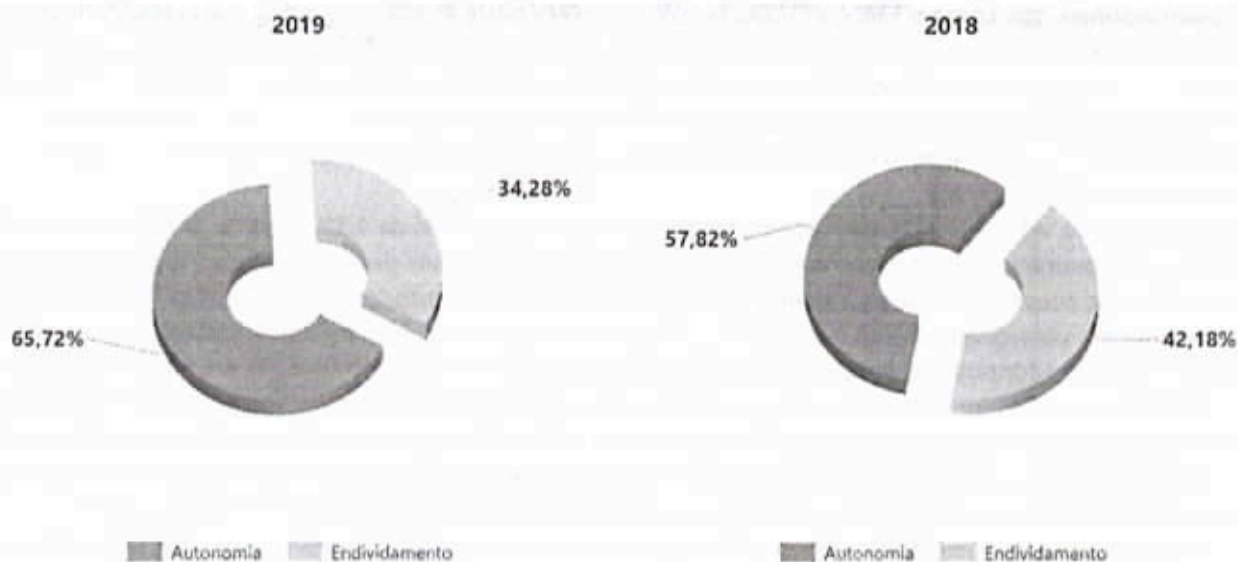
A Direção  
*[Handwritten signatures]*



O EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) do exercício económico de 2019 apresenta um resultado positivo de 14.658,95 €.

O resultado líquido apurado neste exercício foi positivo em 5.832,40 €.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

#### ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2019		2018	
Ativo não corrente	89 546,43	82 %	96 430,31	81 %
Ativo corrente	20 013,62	18 %	22 266,27	19 %
<b>Total ativo</b>	<b>109 560,05</b>		<b>118 696,58</b>	

RUBRICAS	2019		2018	
Capital Próprio	72 000,36	66 %	68 635,95	58 %
Passivo não corrente	31 990,51	29 %	38 134,21	32 %
Passivo corrente	5 569,18	5 %	11 926,42	10 %
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>109 560,05</b>		<b>118 696,58</b>	

#### 4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA LOPES no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 realizou um resultado líquido de 5 832,40€, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

A Direção

Resultados Transitados: ..... 5.832,40 €

## 5 - Expetativas Futuras

### 5.1. Cenário macroeconómico

Tendo em consideração o choque económico, financeiro e social gerado pelo COVID-19, várias organizações internacionais, tais como o FMI e a OCDE, já colocaram em baixa as suas projeções macroeconómicas para este ano, receando também um novo ciclo de recessão económica mundial. A propagação deste vírus está a causar disrupções nas cadeias de fornecimento globais, volatilidade nos mercados financeiros, choques no consumo e um impacto negativo em setores chave como viagens e turismo. Contando com o ataque terrorista do 11 de setembro e a crise financeira global de 2008, este é já o terceiro grande choque económico do século XXI.

Para este ano, a Fitch avança com um crescimento económico global de 1,3%, em comparação com os 2,5% que havia comunicado em dezembro de 2019, indicando um possível declínio total do PIB global caso mais medidas de prevenção tenham de ser implementadas em todas as economias do G7. Já o Banco de Portugal aponta para uma queda do PIB mundial de 1,8%, num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, esperando um crescimento de 2,5% em 2021 e de 4% em 2022. Num cenário mais adverso, o impacto na economia será muito mais significativo, apontando-se uma recessão económica mundial superior à da grande recessão de 2009, com o PIB mundial a cair 4,6% em 2020. Já no longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população. Em 2020 notar-se-á uma forte redução do comércio internacional (10,3% no primeiro cenário e 17% no segundo), reflexo do choque desproporcional dos fluxos internacionais de bens e serviços, principalmente nos setores do turismo e dos transportes, recuperando nos dois anos seguintes. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respetivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022. Efetivamente, este ano já se verificou uma queda do preço do Brent devido ao COVID-19, tendo atingido os 31 dólares por barril em março, o que corresponde a uma queda de mais de 50% face aos valores observados no final de 2019. Para 2021, a Fitch estima uma média de 48 dólares por barril.

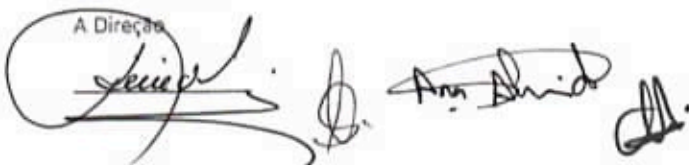
Para os Estados Unidos, o COVID-19 poderá fazer disparar o desemprego para níveis superiores aos verificados na Grande Depressão, prevendo-se que a taxa de desemprego atinga os 30% no segundo trimestre de 2020, com os primeiros dados a apontar para uma perda entre os 500 mil a 5 milhões de empregos, só em março, prevendo-se também uma queda de 50% do PIB.

Na China, o choque económico foi bastante severo, prevendo-se uma queda de 5% no primeiro trimestre deste ano e de 3,7% no conjunto do ano, estimando-se uma recuperação económica a partir do segundo trimestre. Ainda assim, este choque trará certamente impactos às restantes economias, particularmente nos restantes países da Ásia e na Europa, derivado das disrupções nas cadeias de fornecimento e da diminuição da demanda chinesa.

Na Europa, e segundo dados da Comissão Europeia, prevê-se que o impacto direto do COVID-19 reduza o crescimento real do PIB da União Europeia em 2,5% para este ano, tendo em conta as projeções de 1,4% que haviam sido feitas antes deste surto. Este impacto substancialmente negativo irá prolongar-se pela primeira metade do ano, podendo estender-se caso as medidas de contenção não surtam o efeito desejado.

Para além disso, as tensões comerciais no setor produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto

A Direção



negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado atualmente. Estes níveis, em combinação com décadas de declínio da produtividade, colocam uma pressão no crescimento potencial da economia europeia. Assim, o seu crescimento irá depender do esforço dos setores domésticos, que irão ser favorecidos pelo aumento dos salários no mercado de trabalho, assim como pelas melhores condições de financiamento e, em alguns estados membros, de algumas medidas fiscais. Quanto aos mercados de ações, as repercussões do COVID-19 já se fizeram sentir em todo o mundo. Particularmente na Europa registou-se uma queda de cerca de 30% em comparação com o registado em meados de fevereiro. Não se tinha verificado uma queda tão abrupta desde o início da crise financeira em 2008. Também as yields em obrigações do tesouro caíram acentuadamente, e nos Estados Membros mais vulneráveis, registou-se um aumento do spread nos títulos do governo.

Tendo em conta as mais recentes medidas do BCE para contrariar os possíveis impactos financeiros desta pandemia, as taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão situar-se nos -0,5% entre 2020 e 2022, apresentando um nível historicamente baixo.

No curto prazo, o novo coronavírus irá certamente mitigar as projeções económicas globais para este ano, esperando que o seu impacto não se prolongue para os próximos anos. De forma a impulsionar a confiança e estabilizar a economia global, o FMI aponta três áreas de ação principais: fiscal – com a implementação de estímulos adicionais para evitar danos económicos duradouros -, política monetária – com os bancos centrais das economias avançadas a apoiar a demanda e a aumentar a confiança, facilitando as condições financeiras e a assegurar o fluxo de crédito para a economia real, enquanto que nas economias emergentes terão de lidar com as reversões de fluxo de capital e com os choques das mercadorias. Por fim, é essencial que os supervisores do sistema financeiro mantenham o equilíbrio entre preservar a estabilidade financeira, manter a solidez do sistema bancário e sustentar a atividade económica. De notar que todos estes esforços serão mais eficazes com a cooperação de todos os países envolvidos, trabalhando em conjunto para mitigar estes impactos.

Para a Europa, a Comissão Europeia já anunciou um programa de resposta a esta pandemia. Para combater e minimizar o impacto deste vírus na economia europeia, todos os Estados Membros deverão trabalhar em conjunto, implementando medidas que essencialmente apoiem os cidadãos e as empresas, que poderão vir a sofrer de falta de liquidez e possíveis falências. A Comissão Europeia está também ciente que estas medidas não conseguirão proteger a União Europeia dos possíveis efeitos negativos da crise vinda da China.

Para além deste surto, do aumento da incerteza e das tensões comerciais já referidas, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Como referido, um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global.

Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um risco associado ao enfraquecimento dos setores comercial e produtivo, que poderá arrastar-se para os restantes setores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o setor dos serviços.

Um factor positivo ao crescimento da zona euro seria o investimento em políticas fiscais expansionistas em alguns dos países membros. Considerando um horizonte mais precário, e com um nível de riscos elevado, as políticas fiscais deverão ter um papel mais ativo, principalmente nos países onde a actividade enfraqueceu ou poderá desacelerar de forma considerável.

Os países terão de cooperar na resolução dos problemas comerciais e quebrar as barreiras recentemente impostas. Terão também de trabalhar em conjunto no tocante às emissões de gases de estufa e do aumento das temperaturas globais. O aumento dos preços do carbono, associado a esforços complementares para encorajar o fornecimento de energias baixas em carbono, seriam uma boa estratégia, ao mesmo tempo que

A Direção  


se fomentaria o desenvolvimento e adoção de tecnologias mais ecológicas. Nos países onde a sustentabilidade da dívida não é um problema, poderão ser adotadas medidas direccionadas para as alterações climáticas, tais como o investimento em infraestruturas.

No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

## 5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, as perspetivas económicas sofreram uma deterioração abrupta em relação às projeções que haviam sido feitas antes dos últimos acontecimentos em volta da pandemia COVID-19, que já se fizeram sentir nas famílias e empresas portuguesas. Assim, dada a extrema complexidade deste exercício de projeção, com os elevados níveis de incerteza e desconhecimento envolvidos, as mesmas poderão não corresponder ao cenário mais provável, ressalva o Banco de Portugal.

Para este ano, é certo que Portugal irá presenciar uma recessão económica. Num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, o Banco de Portugal prevê uma redução do PIB real de 3,7%, com uma queda acentuada na primeira metade do ano, devendo o seu pico ocorrer durante o segundo trimestre, começando então a normalizar-se de forma gradual a partir do segundo semestre de 2020, sendo expectável uma trajetória de crescimento nos últimos meses do ano. Para os anos seguintes, espera-se um crescimento económico, apesar de fraco, de 0,7% para 2021 e, com uma ligeira recuperação, de 3,1% em 2022. Num cenário mais adverso, o Banco de Portugal aponta para uma redução do PIB real de 5,7% para este ano, mas com uma recuperação económica mais significativa nos dois anos seguintes, de 1,4% e 3,4%, respetivamente.

Após um aumento de 2,3% do consumo privado em 2019, projeta-se uma queda para os 2,8% este ano no primeiro cenário e de 4,8% no segundo, refletindo uma ligeira diminuição do rendimento disponível real e um possível aumento da poupança por parte das famílias portuguesas devido à incerteza envolta da pandemia. Segundo dados do INE, o indicador da confiança dos consumidores diminuiu entre dezembro de 2019 e março deste ano, em especial neste último que atingiu o valor mínimo verificado em dezembro de 2016, quebrando assim o perfil ascendente que se vinha a verificar desde abril de 2019. Para os dois próximos anos, no cenário base espera-se uma aceleração do consumo privado, de 1,4% e 3%, respetivamente, sendo que no caso do cenário mais adverso só no final do horizonte de projeção é que se espera uma recuperação do mesmo.

Esta queda do consumo privado será também resultante da redução do emprego e de um menor crescimento dos salários por trabalhador, uma vez que a contração económica irá certamente resultar numa destruição de postos de trabalho, sendo expectável uma redução de 3,5% do emprego e de um aumento da taxa de desemprego para os 10,1%, com uma redução muito gradual nos dois anos seguintes. No segundo cenário, este aumento será ainda mais significativo, com uma recuperação mais baixa para 2021 e 2022.

Quanto ao consumo público, estima-se um crescimento de 2,1% para este ano, derivado do expectável aumento das despesas em saúde suportada pelas administrações públicas devido ao surto COVID-19.

Quanto à FBCF, no cenário base deverá cair 10,8% em 2020 e 15% no cenário adverso, reflexo de uma inevitável queda do investimento empresarial e também do investimento residencial, embora com menor impacto. Apesar desta queda abrupta (comparando com o crescimento de 6,4% verificado em 2019) espera-se que a mesma comece a recuperar gradualmente já no final deste ano, devendo situar-se em 2,9% no próximo ano e nos 7,9% em 2022 para o cenário base, devendo notar-se uma recuperação ligeiramente mais forte no segundo cenário.

No primeiro cenário, a procura externa dirigida à economia portuguesa irá sofrer uma redução de 10,9% este ano, com posteriores crescimentos de 3,9% e 5,5% para 2021 e 2022, respetivamente. Como tal, espera-se também uma forte queda das exportações de bens e serviços para 2020 (12,1% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial nos setores do turismo e transportes, que serão fortemente afetados pelas limitações impostas à movimentação de pessoas. Para os próximos dois anos, espera-se uma recuperação, de 4,2% e 5,5%, respetivamente.

A Direção  
  


Quanto às importações, em termos reais irão reduzir-se significativamente em 2020 (11,9% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial no tocante aos serviços, reflexo da contração da procura global, com uma expectável recuperação de cerca de 6% para os dois anos seguintes.

Pela natureza deste choque, existe um elevado nível de incerteza quanto à inflação, prevendo-se que esta taxa permaneça em níveis baixos durante todo o horizonte de projeção. Por um lado, é expectável uma descida nos preços de alguns serviços, em particular ligados ao turismo e atividades recreativas, e por outro um aumento dos preços relativos a bens alimentares e outros produtos essenciais. Assim, no cenário base espera-se que a mesma se situe nos 0,2% em 2020 e num cenário mais adverso esta taxa deverá situar-se mais próxima dos 0%, aumentando ligeiramente nos restantes anos, devendo permanecer em torno dos 1% para o primeiro cenário e a níveis mais baixos para o segundo.

O saldo da balança corrente e de capital deverá aumentar para 2% do PIB durante este ano, suportado por uma melhoria na balança de bens - beneficiando do ganho de termos de troca proporcionado pela queda do preço do petróleo - e de um aumento das transferências recebidas da UE, relacionado com o término do atual ciclo de programação financeira. Em relação à balança de serviços, o seu excedente deverá reduzir-se, sobretudo devido ao choque sobre os fluxos do turismo. Para os anos seguintes, é expectável que a economia portuguesa mantenha a sua capacidade de financiamento.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa deverá situar-se em 2,6% no horizonte de projeção, num quadro em que se assume que a perceção de risco dos soberanos na área euro não se altera substantivamente.

Assim, como já referido no início deste ponto, o vírus COVID-19 é um fator que irá certamente mitigar a economia portuguesa no curto prazo, existindo ainda outros riscos que poderão alterar estas projeções, sendo eles na sua maioria externos, nomeadamente a possível intensificação das tensões proteccionistas, bem como a transmissão da fraqueza do setor industrial para os restantes setores de atividade. O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

### 5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a associação mantenha o nível da atividade consolidado ao longo dos tempos.

## 6 - Outras Informações

A ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA LOPES não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a Associação não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2019.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto atual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a atividade futura da Associação seja afetada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

A Direção  
 

## 7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA LOPES.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

A Direção  
  


RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	89 546,43	96 430,31
		<b>89 546,43</b>	<b>96 430,31</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	8	0,03	
Estado e outros entes públicos		1 416,34	1 507,20
Diferimentos		66,28	61,50
Caixa e depósitos bancários		18 530,97	20 697,57
		<b>20 013,62</b>	<b>22 266,27</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>109 560,05</b>	<b>118 696,58</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	<b>10</b>		
Resultados transitados		19 829,84	28 326,72
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7	46 338,12	48 806,11
Resultado líquido do período		5 832,40	(8 496,88)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>72 000,36</b>	<b>68 635,95</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	5;8	31 990,51	38 134,21
		<b>31 990,51</b>	<b>38 134,21</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	8	1 041,14	1 431,95
Estado e outros entes públicos		3,58	
Outros passivos correntes	8;9	4 524,46	10 494,47
		<b>5 569,18</b>	<b>11 926,42</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>37 559,69</b>	<b>50 060,63</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>109 560,05</b>	<b>118 696,58</b>

A Direção



Contabilista Certificado N°  
23260



(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	6	395,04	322,16
Subsídios, doações e legados à exploração	7	29 937,98	11 649,66
Fornecimentos e serviços externos	6	(3 717,22)	(4 073,31)
Gastos com o pessoal	9	(14 315,23)	(9 533,19)
Outros rendimentos	6	2 488,90	2 768,40
Outros gastos		(130,52)	(453,06)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>14 658,95</b>	<b>680,66</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(6 883,88)	(6 932,44)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>7 775,07</b>	<b>(6 251,78)</b>
Juros e gastos similares suportados	5	(1 939,09)	(2 245,10)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>5 835,98</b>	<b>(8 496,88)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(3,58)	
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5 832,40</b>	<b>(8 496,88)</b>

A Direção




Contabilista Certificado N.º  
23260





Demonstração dos Fluxos de Caixa -  
(modelo para ESNL) do período findo em 31  
-12-2019  
(montantes em euros)


ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE  
OLIVEIRA LOPES

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		395,04	322,16
Pagamentos a fornecedores		4 030,69	4 250,04
Pagamentos ao pessoal	9	13 952,39	8 377,37
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(17 588,04)</b>	<b>(12 305,25)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			226,89
Outros recebimentos/pagamentos		29 919,23	38 293,18
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>12 331,19</b>	<b>25 761,04</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	6 415,00	2 412,00
Recebimentos provenientes de:			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(6 415,00)</b>	<b>(2 412,00)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	6 143,70	5 834,11
<i>Juros e gastos similares</i>	5	1 939,09	2 245,10
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(8 082,79)</b>	<b>(8 079,21)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(2 166,60)	15 269,83
Caixa e seus equivalentes no início do período		20 697,57	5 427,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18 530,97	20 697,57

A Direção




Contabilista Certificado N<sup>o</sup>  
23260



**ANEXO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA LOPES**

**ANO : 2019**

## 1 - Identificação da entidade

### 1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: ADOL - ASSOCIAÇÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA LOPES  
Sede social: Rua D. Pedro V Lugar do Monte - Edifício da Antiga Escola Primária, 4730-068 Vila Verde e Barbudo  
Natureza da atividade: Atividades de serviços de apoio à educação

## 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis com o ano transato, 31 de Dezembro de 2018.

## 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas. Nos termos da b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão

isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

*b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.*

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Normas das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

## - Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber. Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de 'Outras variações nos capitais próprios. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

## 4 - Ativos fixos tangíveis

## 4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

## 4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	Método do custo	Quotas constantes	20 anos	5,00
Equipamento básico	Método do custo	Quotas constantes	8 anos	12,50
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis	Método do custo	Quotas constantes	7 a 5 anos	14,28 - 20,00

## 4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		121.785,79	4.104,70				2.394,09			129.284,58
Depreciações acumuladas		28.481,62	2.065,07				1.327,38			31.874,07
Saldo no início do período		93.304,17	2.039,63				1.066,71			96.410,51
Variações do período		(8.065,29)	(513,09)				(281,50)			(8.863,88)
Total de aumentos										
Total diminuições		8.065,29	513,09				281,50			8.863,88
Depreciações do período		8.065,29	513,09				281,50			8.863,88
Saldo no fim do período		85.238,88	1.526,54				785,21			87.550,63
Valor bruto no fim do período		121.785,79	4.104,70				2.394,09			129.284,58
Depreciações acumuladas no fim do período		34.551,71	2.578,16				1.608,88			38.738,75

Quadro comparativo:

Descrição	Terrénios e imóveis naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos e AFT	TOTAL
Valor bruto no início		112.066,79	4.104,70				2.397,09			119.457,5
Depreciações acumuladas		22.372,53	1.551,98				997,32			24.921,8
<b>Saldo no início do período</b>		<b>90.586,26</b>	<b>2.552,72</b>				<b>1.399,77</b>			<b>94.535,7</b>
Vantagens do período		2.737,71	(513,09)				(110,04)			1.894,6
<b>Total de aumentos</b>		<b>8.827,00</b>								<b>8.827,0</b>
Aquisições em primeira mão		8.827,00								8.827,0
<b>Total diminuições</b>		<b>6.069,23</b>	<b>513,09</b>				<b>310,06</b>			<b>6.932,4</b>
Depreciações do período		6.069,23	513,09				310,06			6.932,4
<b>Saldo no fim do período</b>		<b>93.323,97</b>	<b>2.039,63</b>				<b>1.066,71</b>			<b>96.430,3</b>
Valor bruto no fim do período		121.795,79	4.104,70				2.394,08			129.294,5
Depreciações acumuladas no fim do período		28.461,82	2.065,07				1.327,38			31.854,2

## 5 - Custos de empréstimos obtidos

### 5.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contabilizado do empréstimo	Valor Convulsa Empréstimo	Valor Não Convulsa Empréstimo	Total juros anuais emprést.	Juros suportados anuais emprést.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizáveis	Custos emp. em gastos
<b>Empréstimos genéricos</b>									
<b>Empréstimos específicos</b>	<b>31.990,51</b>		<b>31.990,51</b>	<b>1.939,09</b>	<b>1.939,09</b>				
Instituições de crédito e similares financeiras	31.990,51		31.990,51	1.939,09	1.939,09				
<b>Total dos Empréstimos</b>	<b>31.990,51</b>		<b>31.990,51</b>	<b>1.939,09</b>	<b>1.939,09</b>				

### Quadro comparativo:

Descrição	Valor contabilizado do empréstimo	Valor Convulsa Empréstimo	Valor Não Convulsa Empréstimo	Total juros anuais emprést.	Juros suportados anuais emprést.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizáveis	Custos emp. em gastos
<b>Empréstimos genéricos</b>									
<b>Empréstimos específicos</b>	<b>38.134,21</b>		<b>38.134,21</b>	<b>2.245,10</b>	<b>2.245,10</b>				
Instituições de crédito e similares financeiras	38.134,21		38.134,21	2.245,10	2.245,10				
<b>Total dos Empréstimos</b>	<b>38.134,21</b>		<b>38.134,21</b>	<b>2.245,10</b>	<b>2.245,10</b>				

### 5.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	<b>1.939,09</b>	<b>2.245,10</b>
Juros de financiamentos suportados	1.939,09	2.245,10
<b>Outros juros de financiamentos obtidos</b>	<b>1.939,09</b>	<b>2.245,10</b>

**6 - Rendimentos e gastos**

6.1. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	395,04	322,16
Outros réditos	32 426,88	14 418,06
<b>Total</b>	<b>32 821,92</b>	<b>14 740,22</b>

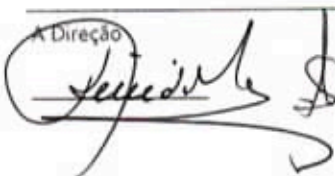
**6.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Serviços especializados</b>	<b>2 099,96</b>	<b>2 069,54</b>
Trabalhos especializados	1 147,62	1 212,75
Honorários	150,00	
Conservação e reparação	710,46	765,94
Outros	91,88	86,95
<b>Materiais</b>	<b>143,65</b>	<b>408,46</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	27,91	340,73
Material de escritório	94,77	67,73
Outros	20,97	
<b>Energia e fluidos</b>	<b>223,36</b>	<b>232,10</b>
Água	223,36	232,10
<b>Serviços diversos</b>	<b>1 250,25</b>	<b>1 363,21</b>
Comunicação	95,37	
Seguros	701,18	873,96
Contencioso e notariado	407,56	457,15
Limpeza, higiene e conforto	46,14	31,90
<b>Total</b>	<b>3 717,22</b>	<b>4 073,31</b>

**6.3. Outras divulgações sobre rendimentos e gastos**

Nome	Valor
Outros gastos e perdas	130,52
Impostos	60,52
Outros:	
Quotizações	50,00
Outros rendimentos e ganhos	2 408,90
Correções relativos a períodos anteriores	20,91
Imputação de subsídios para investimento	2 467,99

**7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas****7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas**

A Direção  




Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
<b>Subsídios ao investimento</b>				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>29 752,98</b>	<b>29 752,98</b>	<b>185,00</b>	<b>185,00</b>
<b>Valor dos reembolsos efetuados no período</b>				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
<b>Total</b>	<b>29 752,98</b>	<b>29 752,98</b>	<b>185,00</b>	<b>185,00</b>

## Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
<b>Subsídios ao investimento</b>				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>7 649,66</b>	<b>7 649,66</b>	<b>4 000,00</b>	<b>4 000,00</b>
<b>Valor dos reembolsos efetuados no período</b>				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
<b>Total</b>	<b>7 649,66</b>	<b>7 649,66</b>	<b>4 000,00</b>	<b>4 000,00</b>

## 8 - Instrumentos financeiros

- 8.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
<b>Resultados transitados</b>	<b>28 326,72</b>		<b>(8 496,88)</b>	<b>19 829,84</b>
<b>Outras variações nos capitais próprios</b>	<b>48 806,11</b>		<b>(2 467,99)</b>	<b>46 338,12</b>
Subsídios	48 806,11		(2 467,99)	46 338,12
<b>Total</b>	<b>77 132,83</b>		<b>(10 964,87)</b>	<b>66 167,96</b>

- 8.2. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:



Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
<b>Ativos financeiros:</b>			<b>0,03</b>		
Outras contas a receber			0,03		
<b>Passivos financeiros:</b>			<b>5 565,60</b>		
Fornecedores			1 041,14		
Financiamentos obtidos			31 990,51		
Outras contas a pagar			4 521,46		
<b>Ganhos e perdas líquidas:</b>					
<b>Rendimentos e gastos de juros:</b>			<b>(1 939,09)</b>		
De passivos financeiros			(1 939,09)		

## 9 - Benefícios dos empregados

### 9.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>14 315,23</b>	<b>9 533,19</b>
Remunerações do pessoal	14 066,50	9 533,19
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	248,73	

## 10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

### 10.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a ADOL - Associação Domingos de Oliveira Lopes não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 - Impostos e contribuições

### 11.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		3,58		
Imposto estimado		3,58		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 416,34		1 507,20	
<b>Total</b>	<b>1 416,34</b>	<b>3,58</b>	<b>1 507,20</b>	

## 12 - Fluxos de caixa

### 12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A Direção

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	266,13	362,15	291,35	316,93
Depósitos à ordem	20 431,44	30 252,12	32 489,52	18 194,04
Outros depósitos bancários				
<b>Total</b>	<b>20 697,57</b>	<b>30 614,27</b>	<b>32 780,87</b>	<b>18 530,97</b>

## Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		297,45	31,32	266,13
Depósitos à ordem	5 427,74	47 314,84	32 311,14	20 431,44
Outros depósitos bancários				
<b>Total</b>	<b>5 427,74</b>	<b>47 612,29</b>	<b>32 342,46</b>	<b>20 697,57</b>